



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**CAPIVARI**



CO100. 142 255 / 2016 - 01  
Junte-se ao processado 2016-0

PLC

nº 7, de 2016

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OFICIO Nº 121/2016

Senado Federal  
À Comissão de Constituição,  
Justiça e Cidadania.

Capivari, 23 de agosto de 2016.

Made  
Cáris Bng  
05/10/16

REF: Encaminha Moção de Apelo nº 037/2016

Prezado Presidente do Congresso Nacional:

De autoria do senhor Vereador desta Casa, Gillys Esquitini Scrocca, sirvo-me do presente para encaminhar a presente **MOÇÃO DE APELO Nº 037/2016**, que depois de lida, discutida e votada, nesta Casa, em sessão plenária ordinária realizada em 22 de agosto corrente, a qual ficou **aprovada por unanimidade**.

Aproveito ao ensejo para renovar meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**ANTONIO CLAUDIO PAZIANOTTO JÚNIOR**  
PRESIDENTE

Ao Sr.  
**Renan Calheiros**  
DD. Presidente do Congresso Nacional  
Brasília - DF.

Recebido em 06 / 10 / 2016  
Hora: 11 : 05 Roberta  
Roberta Romanini - Matr. 268393  
CCJ-DF





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**CAPIVARI**



## MOÇÃO DE APELO Nº 037/2016

(Ao Congresso Nacional, na pessoa do seu Presidente, o Senhor Renan Calheiros, para que Aprove o Projeto de Lei Complementar 007/2016, que dispõe de autorizar o Delegado a conceder legalmente Medida Protetiva em Defesa da mulher que sofreu violência doméstica.)

**Considerando-se** que neste ano foi proposto, no Legislativo Federal, o Projeto de Lei Complementar 007/2016, propõe que a vítima, em caso de risco, receba imediatamente medidas protetivas pelo delegado de polícia, e que tenha a segurança de que retornando para casa o agressor não se aproxime dela. Logo, o projeto propõe estabelecer atendimento especializado policial e pericial em favor da vítima de violência doméstica e ampliar as garantias das mulheres, criando mais uma esfera de proteção, de natureza imediata.

**Considerando-se** que esse Projeto de Lei Complementar prevê a inclusão do art. 10-A, que trata da prevenção da revitimização à mulher durante os atendimentos policiais; traz também o art. 12-A que dispõe sobre a obrigatoriedade de especialização dos serviços policiais e ainda propõe a inclusão do art. 12-B, o qual tem sido motivo de grande discussão entre os profissionais do Judiciário, Ministério Público e Delegados.

**Considerando-se** que a medida visa assegurar à vítima de violência doméstica mecanismos de proteção imediatos, que, atualmente, dependem do deferimento de juiz, o que demanda até 48 horas de espera, podendo gerar riscos a vida da agredida.

**Considerando-se** que os direitos e garantias fundamentais são uma conquista do Estado Democrático de Direito, sendo que o Poder de Polícia, nada mais é, em definição simplista, que o poder do Estado de invadir e limitar alguns destes direitos quando exercidos de forma abusiva,

Ante o exposto é que submeto a presente proposta de Moção de Apelo a elevada consideração de Vossa Excelência, e conto com o apoio dos meus pares na aprovação da presente proposição, renovo os protestos de alto estima e elevada consideração.

Submeto à apreciação do plenário, na forma regimental, a presente **MOÇÃO DE APELO ao Congresso Nacional, na pessoa do seu Presidente, o Senhor Renan Calheiros, para que Aprove o Projeto de Lei Complementar 007/2016, que dispõe de autorizar o Delegado a conceder legalmente Medida Protetiva em Defesa da mulher que sofreu violência doméstica.**

Sala das Sessões, 17 de agosto de 2016.

**GILLYS ESQUITINI SCROCCA**

Vereador

ANTONIO CLÁUDIO PAZIANOTTO JR

DAVILSON APARECIDO ROGGERI

GAMALIEL LOURENÇO DE SOUZA

NELSON DE SOUSA SOARES

ANDRÉ LUIS ROCHA

DOMINGOS ANTONIO CLÁUDIO

GILCEANE OROSCO MALTO

TELÊMACO TONETTI BORSARI

BRUNO BARNABÉ DA SILVA

EDSON JOSÉ BOMBONATTI

MATEUS SCARSO

VALDIR ANTONIO VITORINO

**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Brasília, 28 de setembro de 2016.

Senhor Antonio Cláudio Pazianotto Júnior, Presidente  
da Câmara Municipal de Capivari – SP,

Em atenção ao OF. Nº 121/2016, de Vossa Excelência, encaminhado a esta Secretaria-Geral pela Presidência do Senado, informo que a referida manifestação foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal para ser juntada ao processado do PLC nº 7, de 2016, que *“Acréscenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino, e dá outras providências.”*, que se encontra atualmente naquele órgão.

Atenciosamente,



Luiz Fernando Bandeira de Mello  
Secretário-Geral da Mesa

---